

★ continuação

são transferidos para lucros acumulados. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Cia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

ii. Diferido: Registrado ao custo de formação, a amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Cia. optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização.

iii. Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.9. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Cia. reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

3.10. Empréstimos: Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

3.11. Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.12. Receita: A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da CCEE.

4. Caixa e equivalente de caixa:

	2013	2012
Contas bancárias	4.187	727
Aplicações financeiras	2.463	1.734
	6.650	2.461

As aplicações financeiras referem-se a CDB/RDB DI remuneradas por taxas variáveis de 0,78% a 1,02% do CDI e possuem liquidez imediata com uma mudança insignificante em relação ao valor registrado. Essas aplicações estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

5. Clientes:

	2013	2012
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	1.281	1.472
	1.281	1.472

A Cia. utiliza como critério de mensuração das Perdas Estimadas com PECLD, os títulos com vencimentos superiores há 360 dias conforme determinação da ANEEL.

6. Impostos a recuperar:

	2013	2012
	Ativo	Ativo não
	circulante	circulante
COFINS sobre imobilizado	-	8
PIS sobre imobilizado	-	2
IRRF sobre aplicações	26	-
INSS a recuperar	4	-
Créditos recuperáveis	-	3.536
	30	3.546
	Ativo	Ativo não
	circulante	circulante
	2013	2012
Curuá Energia S.A.	18.983	1.039
Gaia Energia Ltda.	-	500
Eleticidade Paraense	-	648
Brasil Central Engenharia	-	31
Edison Lobo Filho	100	-
Mafe Energia e Participações S.A.	-	48.992
Fernando Antonio Bertin	150	-

Os créditos de PIS/COFINS são condizentes com o art. 6º da Lei nº 11.488/2007, que trata dos impostos recuperáveis sobre edificações e o art. 3º, § 14 da Lei nº 10.833/2003, com redação dada pelo art. 21 da Lei nº 10.865/2004, que trata dos impostos recuperáveis na aquisição de máquinas e equipamentos integrantes do imobilizado.

7. Partes relacionadas:

	2013	2012
	Ativo	Passivo
	Ativo	Passivo
Curuá Energia S.A.	18.983	1.039
Gaia Energia Ltda.	-	500
Eleticidade Paraense	-	648
Brasil Central Engenharia	-	31
Edison Lobo Filho	100	-
Mafe Energia e Participações S.A.	-	48.992
Fernando Antonio Bertin	150	-

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Filadelfo dos Reis Dias	229	-	150	72
Mara Daisy Gil Dias	-	262	-	261
Proamb Consultoria Ambiental	-	-	-	62
	19.462	50.972	22.854	52.253
A Administração identificou como partes relacionadas à Cia. suas controladoras, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Cia., seus administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5(R1). As operações junto às partes relacionadas não foram formalizadas mediante contrato de mútuo. Em 2013, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Cia., totalizou R\$ 400 (R\$ 348 em 2012), incluindo salários, honorários e benefícios variáveis. A Cia. firmou instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças no valor histórico de R\$ 45.106, sendo fixado que o montante atualizado até a data da assinatura do contrato é de R\$ 52.288, referente a mútuo junto à parte relacionada Heber Participações S.A., celebrado em 1º/08/2012, a ser pago em 180 meses. Sendo acordado que o pagamento das parcelas ocorrerão tão somente através de 86% da sobra do				
8. Imobilizado:				
Descrição	Taxa anual depreciação	Custo	Adições	
Usinas				
Reservatórios e barragens	4%	65	-	
Edificações e obras civis	4%	78.353	6	
Máquinas e equipamentos	3%	6.006	42	
Rede básica				
Edificações e obras civis	4%	151	-	
Máquinas e equipamentos	3%	198	-	
Administração central				
Embarcações e flutuantes	10%	16	-	
Equipamento segurança	20%	21	9	
Máquinas e equipamentos	10%	39	13	
Móveis e utensílios	10%	29	1	
Terrenos		200	-	
		85.078	71	
Descrição	Taxa anual depreciação	Custo	Adições	
Usinas				
Reservatórios e barragens	4%	65	-	
Edificações e obras civis	4%	78.360	-	
Máquinas e equipamentos	3%	6.048	26	
Rede básica				
Edificações e obras civis	4%	151	-	
Máquinas e equipamentos	3%	197	-	
Administração central				
Embarcações e flutuantes	10%	16	-	
Equipamento segurança	20%	30	2	
Máquinas e equipamentos	10%	52	5	
Móveis e utensílios	10%	30	2	
Terrenos		200	-	
		85.149	35	
9. Empréstimos e financiamentos:				
	% Taxa de juros	2013	2012	
Nacional				
BNDES	2,15% a.a. acima da TJLP	20.320	24.524	
			24.524	
Circulante		5.595	5.897	
Não circulante		14.725	18.627	
		20.320	24.524	
Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:				
		2013	2012	
2014		-	5.649	
2015		5.319	5.319	
Demais anos		9.406	7.659	
		14.725	18.627	
Não existe quebra de cláusulas de covenants. Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, garantidos por ações de propriedade da Cia. controladora Mafe Energia e Participações S.A. de emissão da Curuá Energia S.A. e, ainda, dos direitos creditórios que é titular, provenientes: i. Do CCVE VPMI 082/2004, celebrado em 20/12/2004 e subsequentes aditivos; ii. De todos os valores a serem recebidos pela beneficiária, da Eletrobrás, a título de rateio da conta CCF. O principal da dívida será pago em 120 prestações mensais e sucessivas, vencida a primeira prestação em 15/11/2008 e término em 15/10/2018, segregado no passivo circulante e não circulante.				
10. Fornecedores:				
		2013	2012	
Centrais Elétricas do Para S.A. - CELPA		418	496	
Rede Comercializadora de Energia		150	150	
Outros fornecedores		208	76	
		776	722	
A Rubrica é composta por fornecedores vitais para operação da Cia., como prestação de serviço de engenharia, empreiteiras de engenharia, fornecedores de materiais, máquinas e equipamentos elétricos.				
11. Obrigações tributárias:				
		2013	2012	
INSS retido a recolher		254	252	
IRPJ a recolher		173	249	
IRRF retido a recolher - PJ		22	19	
ISS retido a recolher		41	51	
Retenção da Lei nº 10.833/03 a recolher		62	56	
Outros impostos e contribuições		132	132	
		684	759	

fluxo de caixa, se existente, respeitando e priorizando o pagamento com BNDES, as despesas ordinárias com funcionários, operação, manutenção, impostos e outras despesas necessárias para o regular funcionamento da Cia. Na mesma data, foi firmado instrumento particular de assunção de dívida com a anuência da Heber Participações S.A., por meio do qual a Cia. cede e transfere, e Mafe Energia e Participações S.A. controladora da Burity Energia S.A., assume o montante da dívida, em caráter irrevogável perante Heber Participações S.A., sendo mantidas as condições do instrumento de confissão de dívida firmado junto a Heber Participações S.A. O instrumento de confissão de dívida determina correção pelo Índice Geral de Preços ao Mercado IGPM/FGV e juros remuneratórios de 8% a.a. A incidência da correção e juros tem sua eficácia condicionada à quitação do valor principal da dívida e, à verificação, na data de pagamento da correção e juros, da capacidade financeira através da sobra de 86% do fluxo de caixa, sendo certo que não sendo verificada a capacidade financeira, a incidência de correção e juros não terá eficácia ("Condição Suspensiva"). Conforme item 1.4 do instrumento de confissão de dívida, foi acordado entre as partes que independentemente dos valores pagos pela devedora à credora em função da dívida, que após o término do prazo limite (180 meses), o saldo da dívida, seja ele qual for, será quitado, sem que haja nada mais a ser devido pelas devedoras em favor da credora, a qualquer título.				
Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	2012	Líquido
-	-	(5)		60
-	-	(12.891)		65.468
-	-	(755)		5.293
-	-	(15)		136
-	-	(24)		174
-	-	(7)		9
-	-	(19)		11
-	-	(14)		38
-	-	(8)		22
-	-	-		200
-	-	(13.738)		71.411
Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	2013	Líquido
-	-	(5)		60
-	-	(16.025)		62.335
-	-	(938)		5.136
-	-	(19)		132
-	-	(29)		169
-	-	(9)		7
-	-	(25)		6
-	-	(20)		37
-	-	(11)		21
-	-	-		200
-	-	(17.081)		68.103
12. Provisão para contingências: a) Composição: 2013 2012				
Ações cíveis			5.067	5.410
			5.067	5.410
b) Movimentação: 2012 Adições Baixas 2013				
Ação cíveis			5.410	3.297
			5.410	3.297
			(3.640)	5.067
			(3.640)	5.067
A Cia. é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos.				
13. Patrimônio líquidos: Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 5.209 (idem em 2012). A composição acionária está distribuída da seguinte forma:				
Acionista			%	2013
Mafe Energia e Participações S.A.			99%	5.157
Mara Daisy Gil Dias			1%	52
			100%	5.209
Política de dividendos: Observado o disposto no art. 17, I, da Lei nº 6.404/76, aos acionistas é assegurado o direito de receber um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% do Lucro líquido apurado no exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: i. Quota destinada à constituição de reserva legal; ii. Importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; iii. Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Observadas as disposições legais pertinentes, a Cia. poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da AG, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.				
14. Receita líquida: 2013 2012				
Receitas operacionais			2013	2012
Fornecimento			11.794	11.417
Outras receitas			3.640	-
(-) PIS			(195)	(188)
(-) COFINS			(896)	(868)
			14.344	10.361
O saldo registrado na conta "Receitas - a título de doações e subvenções para investimento" refere-se ao enquadramento da Cia. conforme Resolução Autorizada nº 322 de 19/09/2005 à sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC. O valor do investimento a ser considerado para fins de cálculo do benefício da sub-rogação da CCC será reembolsado				
continua				